

SOCIAL



A crise no mercado de trabalho está trazendo uma ampliação da informalidade, segundo mostram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Tal aspecto, somado a mais alta taxa de desemprego anual na história em 2017, indica que para os trabalhadores brasileiros a crise ainda está longe de acabar

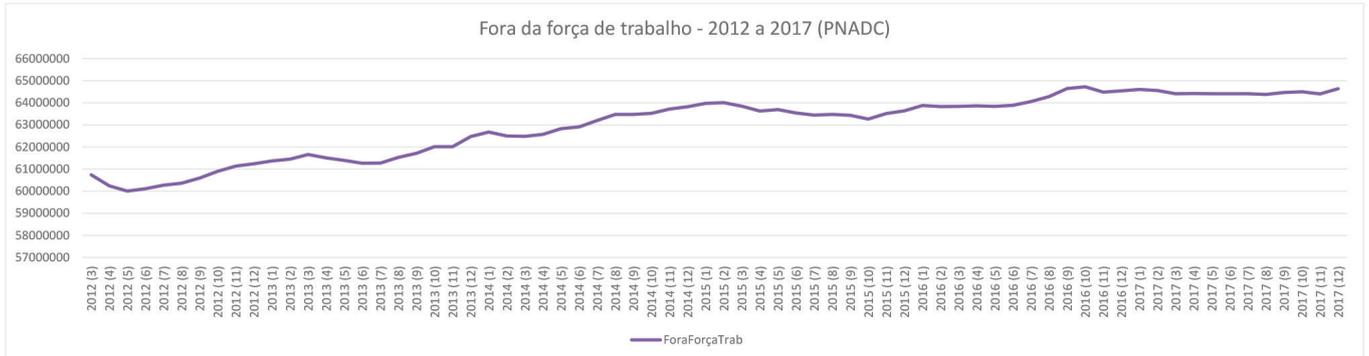
Os dados da PNADC revelam que a taxa de desocupação de 2017 foi a maior da série histórica, como se vê no gráfico a seguir. A taxa de desocupação no Brasil no último trimestre do ano (outubro a dezembro de

2017) ficou em 11,8%, 0,6% menor que no trimestre anterior (julho a setembro) e estável em relação ao mesmo trimestre de 2016.



Por outro lado, os dados apontam que em 2018 a taxa de desocupação deve ser menor que em 2017, com um possível fim do ciclo de perda de empregos formais líquidos iniciado em 2015, ano do início da crise, quando o país perdeu 3,3 milhões de postos de trabalho formais – enquanto havia criado 8,7 milhões de empregos formais desde 2008, segundo o Caged. Em 2017, o Brasil perdeu 21 mil empregos formais. Se observarmos os gráficos a seguir, perceberemos uma inclinação positiva do número

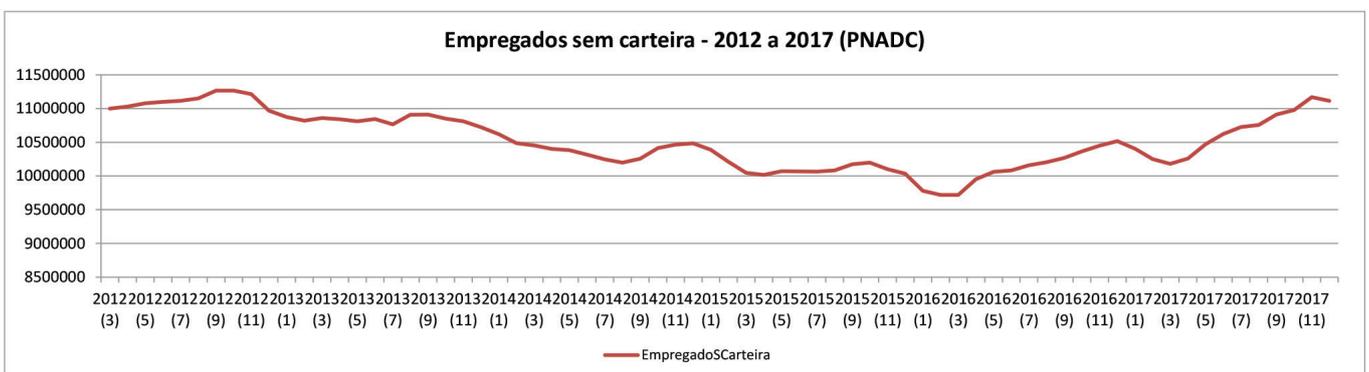
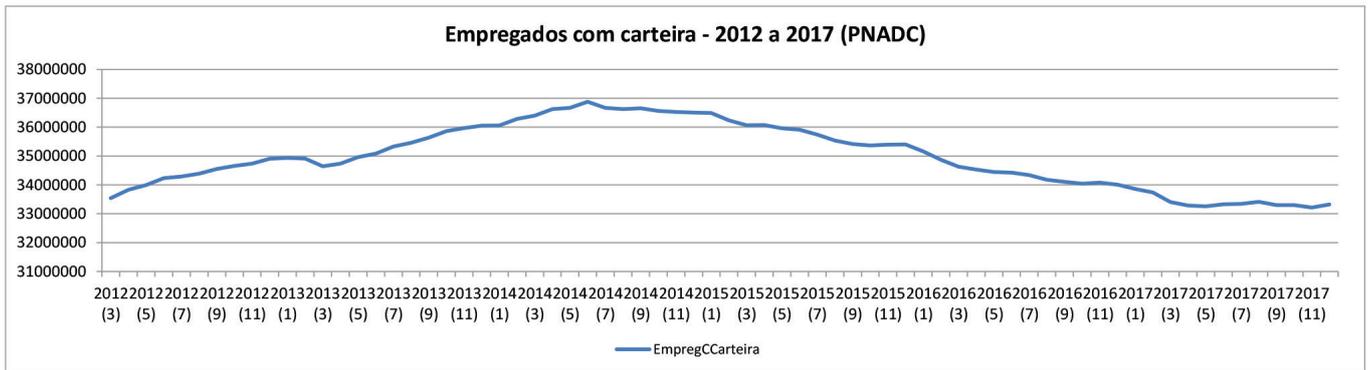
de ocupados em 2017 e uma queda no número de desocupados: no último trimestre de 2017, a população desocupada no país caiu 5% em relação ao trimestre anterior e se manteve estável em relação ao mesmo trimestre de 2016. No entanto, de 2014 a 2017, a média anual de desocupados cresceu de 6,7 para 13,2 milhões. Já a população ocupada cresceu 0,9% no último trimestre de 2017 em relação ao trimestre anterior e 2% em relação ao mesmo trimestre de 2016.



Porém, apesar da queda da taxa de desemprego, tem crescido a taxa de subutilização da força de trabalho, a qual mede aqueles que estão desocupados, trabalham menos horas do que gostariam e que desistiram de procurar emprego. Esse percentual era de 17% no quarto trimestre de 2015, passou para 22% no quarto trimestre de 2016 e alcançou 23,9% no terceiro trimestre de 2017.

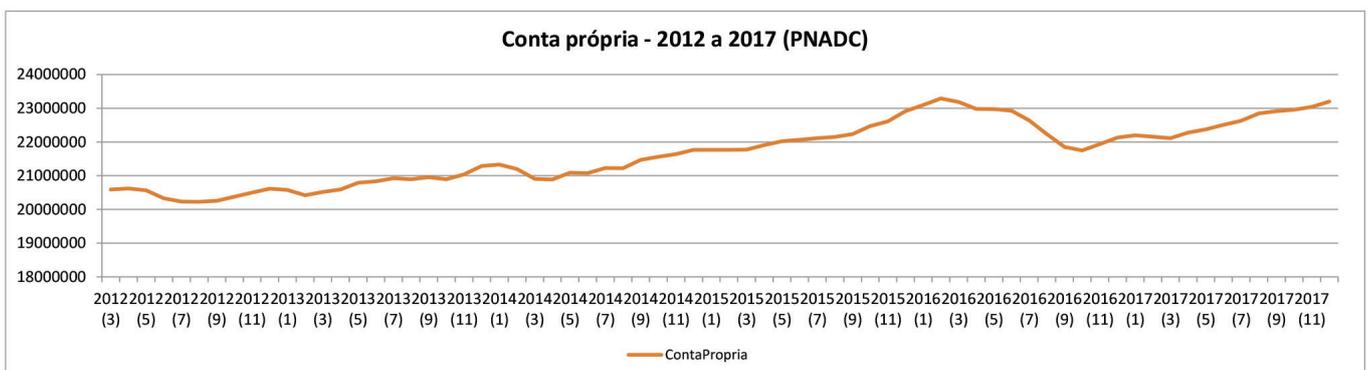
Também é importante pontuar que o movimento de crescimento da ocupação no Brasil tem sido puxado pela ampliação dos empregos sem carteira, por conta própria e emprego doméstico (como

mostram os gráficos a seguir), indicando um aumento da informalidade na economia brasileira. O emprego com carteira assinada não mostrou melhorias, ficando estável no último trimestre de 2017 em relação ao trimestre anterior e caindo 2% em relação ao mesmo trimestre de 2016. Já o número de empregados sem carteira ficou estável no último trimestre de 2017 em relação ao trimestre anterior e subiu 5,7% em relação ao mesmo trimestre de 2016. Comparando as médias anuais de 2014 e 2017, em 2017 há 330 mil pessoas a mais nesse contingente.



Entre os trabalhadores por conta própria, houve crescimento de 1,3% no quarto trimestre de 2017 em relação ao trimestre anterior e alta de 4,8% em relação ao mesmo trimestre de 2016. Aponta o IBGE que, nas médias anuais, em 2012, o trabalho por conta própria envolvia 22,8% dos trabalhadores (20,4 milhões) e, em 2017, passou a representar 25% (22,7 milhões). Também ampliou a categoria de trabalhadores domésticos em relação ao trimestre anterior e mesmo trimestre de 2016, bem

como aumentou a média anual de trabalhadores domésticos entre 2014 e 2017. Inclusive, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recentemente anunciou que o Brasil tem 7,2 milhões de empregados domésticos, sendo o país com a maior população que efetua essa atividade em números absolutos. Tal índice está relacionado à nossa alta desigualdade social, que abre espaço para o crescimento dos serviços pessoais tais como os referentes ao emprego doméstico.



A ampliação do conceito de formalidade, que ocorre com a Reforma Trabalhista, cria a necessidade de se qualificar os novos empregos gerados, pois, com a legalização de atividades antes à margem da lei, passa-se a considerar como formal um emprego precarizado. De novembro a dezembro de 2017, por exemplo, houve cerca de seis mil contratações regidas pelo novo sistema de trabalho intermitente. Desse modo, os efeitos da Reforma Trabalhista nos movimentos do mercado de trabalho ainda exigem cautela na análise.

Sobre o rendimento médio real habitual, este ficou estável no quarto trimestre de 2017, na comparação com o trimestre anterior e com o mesmo trimestre de 2016. Já a massa de rendimento real habitual cresceu no quarto trimestre de 2017 em relação ao trimestre anterior e em relação ao mesmo trimestre de 2016.

Em oposição a 2012, o valor da massa de rendimento médio habitual de 2017 cresceu 6,8%, mas, em relação a 2014, caiu 0,9%.

Vale dizer também que em relatório recente da OIT destaca-se que para América Latina e Caribe a previsão é de que a taxa de desemprego diminua apenas marginalmente, passando de 8,2% em 2017 para 7,7% até 2019; desse modo, considerando que a média na região chegou a 6,1% em 2014, ainda se está longe de uma recuperação completa.

Os dados confirmam que a crise no emprego levou a uma precarização do mercado de trabalho, com a ampliação da atividade informal e do trabalho doméstico. Assim, a mais alta taxa de desemprego anual na história mostra que para os trabalhadores brasileiros a crise ainda está longe de acabar.